



Jagatarei Nhemboé

Caminhando e aprendendo

Comunidade Guarani-Mbya do Aguapeú

ACERVO CTI

Presidência da República

Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-presidente: José Alencar Gomes da Silva

Ministério do Meio Ambiente

Ministra: Marina Silva

Secretaria de Coordenação da Amazônia

Secretária: Muriel Saragoussi

Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável

Secretário: Gilney Viana

Departamento de Agroextrativismo e Desenvolvimento Sustentável

Diretor: Jorg Zimmermann

Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais

Coordenadora: Nazaré Soares

Catálogo na fonte

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

S116 *Jagatari Nhemboé* – caminhando e aprendendo com os Guarani Comunidade de Guarani-Mbyá de Aguapeú/SDS/PDA/PPG7 – Brasília: MMA, 2006. 44 p. : Il., color. : 28cm. (Série Sistematização, VII)

ISBN 85-7738-051-3

1. Comunidade indígena. 2. Aldeia Guarani. 3. Desenvolvimento sustentado. I. Ministério do Meio Ambiente. II. Secretaria de Coordenação da Amazônia. III. Secretaria de Desenvolvimento Sustentável – SDS. IV. Subprograma Projetos Demonstrativos – PDA. V. Centro de Trabalho Indigenista. VI. Título. VII. Série.

CDU (2.ed.)562.33(=1-82)



EXPEDIENTE

Subprograma Projetos Demonstrativos – PDA

Secretário Técnico: Jorg Zimmermann

Secretária Técnica Adjunta: Anna Cecília Cortines

Equipe Técnica: Demóstenes de Moraes, Elmar Castro, Isis Lustosa, Klinton Senra, Mauricio Barbosa Muniz, Odair Scatolini, Rodrigo Noletto, Silvana Bastos e Zará Brum Soares. Estagiárias: Rafaela Silva de Carvalho e Yandra Fontes Bastos.

Equipe Financeira: Cláudia Alves, Eduardo Ganzer e Nilson Nogueira

Equipe Administrativa: Francisca Kalidaza, Mariza Gontijo e Neide Castro

Cooperação Técnica Alemã - GTZ:
Margot Gaebler e Monika Grossmann

Cooperação Financeira: República Federal da Alemanha – KfW, União Européia – CEC, Rain Forest Trust Fund – RFT, Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial – FFEM

Cooperação Técnica: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Projeto BRA/03/009, Agência Alemã de Cooperação Técnica, Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit – GTZ, GmbH

Agente Financeiro: Banco do Brasil

Instituição executora do projeto:

Centro de Trabalho Indigenista

Presidente: Maria Auxiliadora Cruz de Sá Leão

Secretário: Kílza Setti

Tesoureira: Regina Aparecida Pólo Muller

Programa Guarani / Litoral:

Maria Inês Ladeira (coordenadora)

Instituição proponente:

Comunidade Guarani - Mbya do Aguapeú

Cacique da Terra Indígena Guarani do Aguapeú:

Davi da Silva Karai Rataendy

Equipe de sistematização:

MMA: Anna Cecília Cortines, Célia Chaves, Gilberto Nagata, Mara Vanessa F. Dutra (PDA); Denise Lima (GTZ/PDA); Alice Guimarães (AMA/Programa Piloto). Consultoras - Elza Falkembach (Universidade de Ijuí), Ladjane Ramos e Maristela Bernardo.

Comunidade Guarani: Davi da Silva Karai Rataendy, Libório da Silva Miri, Roberto da Silva Karai, Sergio da Silva Popyguá.

CTI: Adriana Felipim, Fábio Henrique Comin, Maria Bernadete Franceschini, Maria Inês Ladeira, Vaneska Taciana Vitti.

PDA: Mara Vanessa F. Dutra.

Organização e edição de texto:

Maria Inês Ladeira e Vaneska Taciana Vitti

Fotos: equipe do CTI

Paínéis, folder, capa do vídeo: Tadeu Costa Moreno

Copidesque: Mara Vanessa F. Dutra

Revisão ortográfica e gramatical: Sandra Sena

Projeto gráfico e capa: Masanori Ohashy (Idade da Pedra Produções Gráficas)

Diagramação: Ludmila Marques (estagiária).

Esta publicação foi realizada com a colaboração da Cooperação Técnica Alemã - GTZ

Apresentação

Apresentamos, por meio desta série, algumas histórias que falam de saberes, de vidas, de gente construindo formas mais sustentáveis de convivência com o meio ambiente. Essas histórias contam com o apoio do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA), parte do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, do Ministério do Meio Ambiente.

Ao longo de seus dez anos de vida, o PDA apoiou e apóia cerca de 320 projetos na Amazônia e na Mata Atlântica. A história do PDA – as histórias dos projetos apoiados pelo Subprograma – tem demonstrado que há um acúmulo de conhecimento sendo gerado pelas comunidades e organizações de produtores familiares, criando e testando novas tecnologias e sistemas de produção sustentável. Há um saudável diálogo entre conhecimento tradicional e novas informações, apontando perspectivas viáveis que, em alguns casos, já saem do limite do "demonstrativo" e passam a fazer parte de políticas públicas locais e regionais. Importante lembrar que, o que para o poder público é valorizado por seu potencial demonstrativo, para os produtores e comunidades envolvidos é a vida real – sua vida, sua sobrevivência.

As histórias desta série são narradas pelos próprios grupos envolvidos nos projetos apoiados pelo PDA. As narrativas são resultado de um processo de sistematização de experiências, cujo desafio maior é aprender com as práticas, fazendo, destas, objeto de conhecimento. Em um projeto piloto realizado entre julho de 2003 e março de 2004, onze iniciativas apoiadas pelo PDA sistematizaram alguns aspectos de suas práticas. O resultado são onze histórias reais, contadas por muitas vozes, tecendo narrativas cheias de vida, reflexão, descobertas, aprendizados.

Cada grupo ou comunidade contou sua história de seu jeito. Para isso, criou momentos e instrumentos, experimentou metodologias, fez caminho ao andar. Os textos da série revelam essa experimentação metodológica, mantendo as estruturas e narrativas criadas por cada grupo envolvido. Como na vida, os textos das sistematizações não seguem um único roteiro, mas inventam seus próprios mapas narrativos.

O PDA com alegria apresenta essas histórias de saberes, de gentes, de vidas, com o desejo de estar contribuindo para demonstrar caminhos possíveis para políticas públicas mais adequadas à produção familiar, às comunidades tradicionais e ao meio ambiente.

Jorg Zimmermann

Secretário Técnico PDA

Brasília, outubro de 2006



Sumário

Introdução 4

- A experiência de sistematização 6

Contexto 8

- Informações sobre a Terra Indígena Guarani do Aguapeú 8
- Informações sobre o povo indígena Guarani 10
- Caracterização ambiental da região 11
- O CTI - Centro de Trabalho Indigenista 13

O Caminho Percorrido 14

- Organização da comunidade para executar o projeto 21

Tudo Preparado:
e Agora, Onde Estão os Turistas? 22

Aprendendo com a Experiência 24

Recomendações para outras
Comunidades Indígenas 26

Contando a História ao Pé do Ouvido
(Transcrição da fita sistematizada) 28

Anexos

- Textos de painéis da Casa da Cultura 39



Introdução

O projeto "Jaguatarei Nhemboé" originou-se da necessidade de se trabalhar de forma coerente e planejada a crescente demanda externa de visitação nas aldeias Guarani do litoral. A principal meta foi fazer das atividades turísticas, que até então ocorriam na aldeia Aguapeú, uma alternativa econômica rentável e viável para a comunidade indígena. Como horizonte, o projeto visava a uma maior valorização do patrimônio natural e cultural da comunidade, podendo, inclusive, servir como uma atividade modelo e de efeito difusor para outras aldeias indígenas da região e de outras partes do País.

A decisão pela realização de uma atividade cultural e ambiental monitorada, seja esta esporádica ou regular, mas trabalhada de forma planejada e controlada, foi uma iniciativa da própria comunidade indígena do Aguapeú, que solicitou auxílio técnico ao Centro de Trabalho Indigenista (CTI) para elaboração de um projeto que estruturasse melhor as atividades de visitação que já aconteciam na aldeia. Os Guarani queriam tornar esta atividade rentável e sustentável em benefício de toda a comunidade. Várias discussões sobre o teor e o conteúdo da programação do trabalho foram realizadas na casa de rezas e reuniões (*opy guaçu*), onde os índios definiram o sentido do trabalho através das expressões "oexa kaaguy ore reko" (olhando a mata e a nossa cultura) e "kaaguy ae ore reko" (a mata e a nossa cultura). Como título do projeto, escolheram "jaguatarei nhemboé", que significa "passear aprendendo" ou "caminhar conhecendo".



De um modo geral, cada vez mais a demanda de visitação nas aldeias indígenas vem aumentando, o que pode acarretar problemas à comunidade, principalmente quando essas visitas acontecem informalmente e sem o necessário controle por parte dos índios, pois interferem no cotidiano e dinâmica cultural da sociedade indígena. Entretanto, quando essa atividade é trabalhada de forma planejada e bem orientada, pode tornar-se uma alternativa econ mica sustentável, rentável e viável, aliada à preservação cultural e ambiental.

Programado para ser realizado dentro do período de um ano¹, o projeto previu, sobretudo, a implantação das estruturas físicas e aquisição dos equipamentos necessários ao atendimento do público visitante: casa de barcos, Casa da Cultura, trilha de acesso à Casa da Cultura, barcos, TVs, vídeos, painéis informativos, folder para divulgação, etc.

¹ Esse projeto foi apoiado pelo PDA na linha "pequenos projetos", com o valor total de R\$ 50.559,67 (cinquenta mil quinhentos e cinquenta e nove reais e sessenta e sete centavos.)

Os objetivos foram:

1. Informar a população sobre a realidade dos  ndios Guarani, de forma a trabalhar um maior respeito à sua cultura, com o intuito de resguardá-la e protegê-la. Propor princípios e procedimentos para uma visitação ordenada.
 2. Capacitar os índios para gestão e administração do projeto com independência.
 3. Fornecer informações sobre o meio ambiente, instigando nos visitantes o interesse e o respeito pela natureza.
 4. Fortalecer a união da comunidade em torno dessa atividade produtiva e do autogerenciamento dos recursos econ micos provenientes da visitação.
 5. Gerar recursos econ micos para fins coletivos, visando à melhoria da qualidade de vida da comunidade Guarani do Aguape  e trazendo maior autonomia econ mica para a aldeia.
 6. Propiciar, por meio da visitação, um mercado – dentro da própria aldeia – para comercialização do artesanato indígena.
 7. Possibilitar uma maior troca de informações e integração da população Guarani local com o público visitante.
- O Projeto foi enviado ao PDA/MMA em outubro de 1999, com início previsto para março de 2000. Os recursos foram disponibilizados no final de 2001. Durante o ano de 2002, o projeto foi implantado na expectativa de começar a receber visitantes a partir de 2003.

A experiência de sistematização



A proposta de sistematização dessa experiência, com foco na relação entre a execução do projeto e a organização da comunidade, foi elaborada a partir de reuniões na aldeia Guarani do Aguapeú envolvendo os índios e técnicos do CTI. Todos os interessados no processo participaram da reflexão e apontaram críticas e sugestões para a continuidade do projeto. O processo de sistematização aconteceu entre julho e dezembro de 2003, e possibilitou a retomada do projeto que estava parado desde o término das construções e após as compras de material.

Nesse período foram realizadas duas visitas experimentais à

aldeia para avaliação da atividade pela equipe de monitores Guarani. A primeira visita contou com a participação de convidados indigenistas que, ao final, avaliaram e contribuíram com sugestões. A segunda foi realizada por profissionais da Secretaria Municipal de Educação de Mongaguá e contou com a cobertura da imprensa local.

Durante o processo de sistematização, foram discutidas questões relacionadas aos custos operacionais, ao preço cobrado por visitante e à utilização dos recursos financeiros oriundos das visitas.



Foi decidida a criação de dois fundos: um para manutenção dos equipamentos e instalações; outro, porcentual, para desenvolvimento de atividades coletivas: alimentos para mutirão para construção da casa de rituais (*Opy*), para atividades agrícolas, etc.

Como produto da sistematização, optou-se por produzir um material em áudio (fita cassete), com seu conteúdo pré-definido por um roteiro, com foco na participação da comunidade na implantação do projeto. Considerando que o povo Guarani, como a maior parte dos povos indígenas no Brasil, transmite seus conhecimentos oralmente, acreditou-se que essa seria a melhor forma de divulgar a experiência do projeto em outras comunidades.

Com a publicação da Série Sistematização, pelo PDA, surgiu a oportunidade de divulgar essa experiência utilizando o suporte da escrita. Isso possibilita alcançar outros públicos, além dos povos indígenas. Para essa nova versão, foi elaborado um texto introdutório, pelo CTI, entremeado de depoimentos dos índios. Esse texto situa o leitor na história que está sendo narrada e compõe a primeira parte da publicação. A segunda parte é a tradição oral: transcrição da fita sistematizada em 2003. Nela, os Guarani e seus parceiros contam toda a história da organização da comunidade para realização do projeto, com suas tensões, suas vitórias, seus aprendizados.



Contexto

Informações sobre a Terra Indígena Guarani do Aguapeú

A Terra Indígena Guarani do Aguapeú foi homologada² pelo Decreto Federal de 08/09/98. Possui uma área de 4.372,10 hectares, no trecho costeiro do litoral centro-sul paulista, definido como Baixada Santista. Insere-se em áreas representativas do Bioma Mata Atlântica, município de Mongaguá - litoral sul de São Paulo. Atualmente (ano 2006) conta com 24 famílias (cerca de 70 pessoas).

A aldeia do Aguapeú tem seus limites divisores confrontantes com as áreas indígenas Rio Branco de Itanhaém (Face Norte) e Terra indígena de Itaóca (Face Oeste). O acesso à aldeia é feito partindo-se de Mongaguá, pela estrada Pedro Taques, em direção ao município de Itanhaém, por aproximadamente dois quilômetros até o Jardim Vera Cruz. A partir daí, percorre-se cerca de dois quilômetros até a beira do Rio

Aguapeú, principal divisor natural da Terra Indígena.

Apesar de possuir áreas remanescentes de mata atlântica preservadas, a comunidade Guarani da região atravessa grandes dificuldades para desempenhar suas atividades tradicionais de subsistência. A aldeia Aguapeú é formada, em sua maior parte, por encostas íngremes, dificultando a ocupação residencial e o uso agrícola. As poucas áreas restantes com potencial e relevo mais adequados para as práticas agrícolas e moradia ainda encontram-se ocupadas por posseiros, restando aos integrantes da aldeia adaptarem sua ocupação e suas práticas econômicas a uma pequena extensão disponível de terra.

Os dados referentes à presença Guarani no Aguapeú remontam ao início do século XX, a 1935. Na década de 80, parte do grupo original, parentes e familiares dos que haviam habitado a aldeia do Aguapeú, retomou a ocupação da Terra Indígena, com o prejuízo de encontrar várias de suas áreas de uso ocupadas por não índios.

² As Terras Indígenas, que são consideradas propriedade da União com usufruto da comunidade indígena, têm que passar por várias etapas até seu reconhecimento legal completo: identificação, demarcação e, finalmente, homologação (pelo Presidente da República).

Município - Mongaguá / SP

-46 35 28
-23 59 59



Imagem do artilheiro Leonardo Z. - Junho/2002

-46 42 40
-24 04 09

Escala 1:64210

- | | | | |
|---|---|---|--|
| <ul style="list-style-type: none">  Roça - Kokue  Mundéu - Mondeo (caça)  Pesca  Núcleo de moradias | <p>Animais silvestres</p> <ul style="list-style-type: none">  Tatu  Quati  Paca - Jaixa  Catefo - Taitetu  Macaco - Kai  Onça - Xivi  Anta - Mbore  Jacu  Macuco | <p>Coleta</p> <ul style="list-style-type: none">  Ervas Medicinais - Poã  Cipó Imbé - Guembépi  Jerivá - Pindovy  Taquara - Takua  Palmito Jussara - Jeiy  Plantas ornamentais | <ul style="list-style-type: none">  Área homologada pelo Dec. s/nº, de 08/09/1998 4.372,25 ha  Rios  Caminho Guarani  Rodovias principais  Ferrovia  Ocupações juruá |
|---|---|---|--|

Informações sobre o povo indígena Guarani



O povo Guarani que vive no Brasil está classificado em três grupos - Kaiová, Nhandeva e Mbyá, de acordo com as diferenças de dialeto, de costumes e de rituais. Apesar do contato antigo e intenso, desde a chegada dos europeus, os Guarani mantêm uma unidade lingüística e cultural, constituindo-se numa das maiores etnias indígenas do Brasil. Eles desenvolvem suas próprias estratégias de adaptação às novas realidades e de relacionamento com as diferentes sociedades nacionais. Conservam sua visão de mundo, sua língua, sua religião e seus padrões de organização social.

O território Guarani compreende partes da região de Misiones na Argentina, do leste do Paraguai, do norte do Uruguai e das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste do Brasil. A rede de parentesco e as relações de reciprocidade entre as várias comunidades são responsáveis pela comunicação e pelos intercâmbios econômicos. O controle desse amplo território Guarani, fragmentado em razão da ocupação e do modelo de desenvolvimento das diferentes sociedades nacionais incidentes, acontece por meio das dinâmicas sociais e políticas e dos movimentos migratórios realizados, ainda hoje, por famílias do subgrupo Mbyá.

Os Guarani que vivem hoje na aldeia do Aguapeú pertencem, em sua maioria, ao subgrupo Mbyá, que constitui, atualmente, a maior parte da população Guarani que habita o litoral dos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. De um modo geral, a economia de subsistência dos Guarani-Mbyá consiste nas atividades de caça e coleta e nas práticas agrícolas, variando qualitativa e quantitativamente de aldeia em aldeia em função da disponibilidade de terra e de recursos naturais, e da organização social interna.

Caracterização ambiental da região

A Mata Atlântica, local onde está inserida a Terra Indígena do Aguapeú, acompanha o litoral do País desde o Rio Grande do Sul até o Rio Grande do Norte (regiões Meridional e Nordeste). Inicialmente, cobria importantes trechos de serras do Planalto Brasileiro e, em algumas regiões, unia-se à Floresta Amazônica. Em função dos constantes desmatamentos, principalmente a partir do século XX, sua área encontra-se extremamente reduzida, constituindo-se uma das florestas tropicais mais ameaçadas

do globo. Contudo, apesar de reduzida a poucos fragmentos, na sua maioria descontínuos, a Mata Atlântica ainda abriga uma das maiores biodiversidades do planeta.

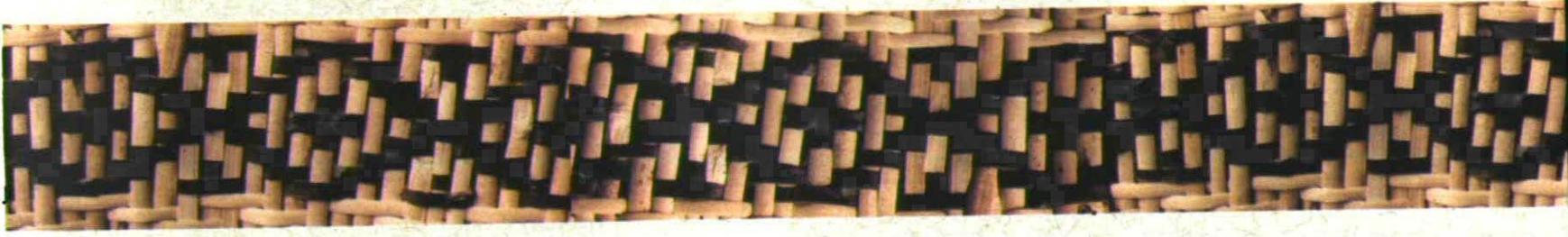
A biodiversidade da Mata Atlântica é comparável ou maior que a da Amazônia. Há subdivisões da mata, devidas a variações de latitude e altitude, e ainda formações pioneiras, seja por condições climáticas, seja por recuperação. A interface com essas áreas cria condições particulares de fauna e flora.



A área de abrangência da sub-bacia hidrográfica do Rio Aguapeú é considerada prioritária por estar inserida na mancha de vegetação nativa mais preservada ainda existente - região da Baixada Santista, litoral centro-sul do Estado de São Paulo, desde o Vale do Ribeira a Ubatuba - constituindo áreas de mananciais que abastecem a capital e cidades densamente povoadas do litoral. É necessário destacar que medidas ambientais preventivas e corretivas são urgentes para a conservação do corredor ecológico da Baixada Santista, tendo em vista que o desenvolvimento turístico e urbano na região de Mongaguá e Itanhaém cresceu aceleradamente a partir dos anos 1970.

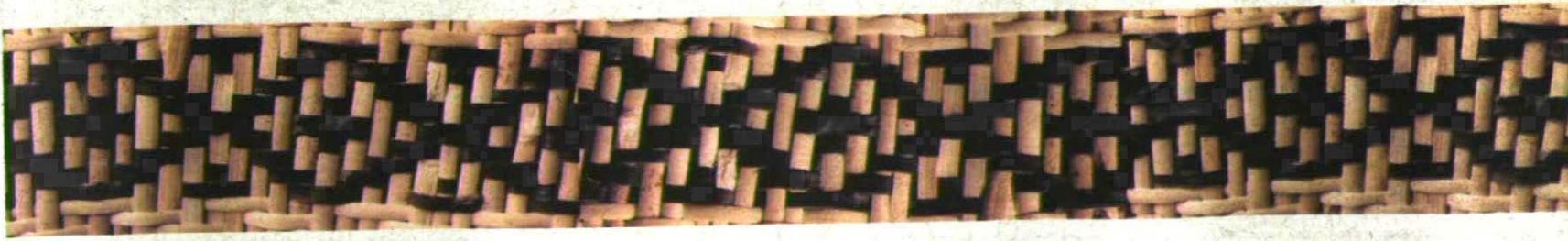
O Rio Aguapeú nasce na Serra de Mongaguá e percorre alguns quilômetros antes de se encontrar com as águas do Rio Branco. Suas águas são tranquilas, sem corredeiras ou cachoeiras, e possuem coloração escura, característica do solo onde nasce e percorre. Apesar da ocupação desordenada em alguns trechos às suas margens, ainda oferece grande faixa conservada de floresta característica da Mata Atlântica, resquícios da vegetação que entremeia o planalto e a baixada, alguns trechos com mata fechada e espessa e outros com vegetação rasteira e descampados.





O CTI - Centro de Trabalho Indigenista é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, criada em março de 1979 e coordenada por uma equipe de antropólogos que conta com a colaboração de especialistas de outras áreas de conhecimento, como biólogos, engenheiros agrônomos e florestais, historiadores, economistas, entre outros, que acompanham a situação específica de alguns povos indígenas em várias regiões do País.

Essa organização atua desde sua criação com os Guarani do litoral em projetos de regularização fundiária, incentivo à agricultura tradicional e conservação ambiental. Prioriza as aldeias que se encontram em situações críticas quanto à questão fundiária e à indisponibilidade de recursos naturais. Politicamente, as ações do CTI visam sempre reforçar a unidade Guarani, estimulando maior autonomia no controle e na conservação de suas terras. Em conjunto com as comunidades Guarani, o CTI tem apoiado a identificação das áreas propostas pelas próprias comunidades para delimitação. Para isso, realiza levantamentos preliminares da situação fundiária local, elabora laudos antropológicos e material cartográfico sobre a ocupação e situação ambiental das aldeias, e acompanha ações judiciais. Além disso, presta assessoria a programas oficiais de assistência, procurando sempre envolver os órgãos oficiais, como a Fundação Nacional do Índio (Funai), Ministério Público Federal, Secretarias de Estado e Prefeituras, e atuando em caráter de cooperação técnica para o encaminhamento efetivo da regularização fundiária das aldeias.



O Caminho Percorrido

"No começo de tudo, vinham muitas pessoas de fora. Elas queriam ver os índios, comprar artesanato, passear de barco. Por isso pensamos em um projeto que poderia servir para a comunidade, para o futuro. Então, pensamos assim: será que se a gente fizer um projeto pode dar certo? Aí nós nos reunimos, porque aqui a maioria é quase toda de irmãos. Então sentamos numa noite, chamamos o pai, conversamos e decidimos sobre o que é o que devia ser feito. Tentar, para ver se dá certo, para melhorar alguma coisa para a comunidade. Nós mesmos, aqui na comunidade, não tínhamos associação. Por isso não poderíamos fazer o nosso projeto diretamente e mandar para quem fosse financiar. Então, buscamos a parceria com o CTI, que é uma organização não-governamental. O CTI tem experiência porque já vem trabalhando com os índios há muito tempo, e sabe quais os problemas que os turistas trariam se trabalhássemos com as visitas dentro da aldeia. Porque aqui tem um costume: na nossa cultura, incomoda um pouco quando vêm muitas pessoas de fora. Não estávamos pensando nisso quando falamos do projeto de visita à aldeia. Reunindo





com o CTI, vimos que teríamos que pensar muito bem, porque os turistas também poderiam trazer problemas para a comunidade. Pensamos, então, em construir uma casa, isto é, um lugar específico só para os visitantes. Tínhamos que pensar em um lugar que fosse afastado das moradias, das nossas casas, pois, assim, seria melhor para nós. Existindo uma casa só para receber os turistas não seríamos mais incomodados em nossas próprias casas” (Libório da Silva Miri).

De forma a intervir o mínimo possível no cotidiano da aldeia, foi escolhido um local para a construção da “Casa da Cultura” nos moldes da arquitetura tradicional Guarani, com uma parte interna fechada e outra exterior e aberta, distante dos núcleos residenciais Guarani.

“Pensamos numa trilha, na Casa da Cultura, nos barcos, nos coletes e nos remos. Também pensamos em mostrar um pouco da nossa cultura, dos cantos das crianças, das danças, e em contar para eles como é o nosso dia-a-dia, qual era o dia-a-dia das crianças, dos mais velhos” (Libório da Silva Miri).



“Fizemos primeiro uma reunião para saber como seria a casa para receber os alunos da cidade e os visitantes. Aí decidimos que a casa teria as características indígenas, que seria como se fosse a nossa casa antigamente. A construção da Casa da Cultura demorou um pouco, porque teve problemas: a área que nós escolhemos tinha posseiro e não podíamos limpar e nem construir. E também havia outros problemas entre nós mesmos. Nós tentávamos trabalhar, mas paramos um pouco porque ficamos um pouco desanimados. Nós nos organizamos e chamamos o pessoal. Era necessário comprar a madeira e os eucaliptos, porque a comunidade não queria cortar madeiras da floresta. A nossa cultura respeita muito as árvores, tem algumas madeiras certas para cortar e outras que não. Por isso decidimos comprar eucalipto, para durar mais” (Roberto da Silva Karai).



"Isso atrasou muito, muito também, e ficamos parados. O CTI tinha que correr atrás da Funai para resolver os problemas da regularização da terra. Para continuarmos o projeto, tínhamos que terminar a Casa da Cultura. O CTI andava, procurava resolver e até que conseguiu: recebemos a notícia que podíamos continuar o projeto. Continuamos, meio com desânimo, mas continuamos o trabalho. Com o tempo, compramos os quatro barcos, os coletes, duas TVs, dois vídeo-cassetes, uma filmadora e um som. Tudo isso foi comprado. Terminada a Casa da Cultura, fizemos a trilha por onde os turistas chegariam até lá" (Libório da Silva Miri).

É na Casa da Cultura que são repassadas aos visitantes, por meio de painéis e mapas, informações sobre o histórico da aldeia, a luta pela demarcação da área, as atividades tradicionais - tais como confecção de artesanato e agricultura, entre outras. No seu interior há ainda uma exposição permanente de mapas, fotos, artesanatos, e a apresentação de um vídeo "Ore reko - Nosso modo de Viver" (20 minutos), feito especialmente para o Projeto. Ali também pode ser vendido o artesanato indígena e realizadas apresentações de cantos e danças das crianças da aldeia.





A trilha de acesso à Casa da Cultura tem o caráter de "trilha interpretativa". Durante a caminhada, os visitantes são orientados pelos monitores indígenas sobre a fauna e a flora locais, interpretadas sob o ponto de vista dos índios, e sobre a importância de sua conservação para a cultura Guarani. Também são dispostas placas de identificação (nome em guarani e popular) de algumas espécies da flora nativa utilizadas pelos índios. "A estória da trilha, no começo foi assim: o pessoal se juntou aqui, depois três pessoas desceram, procurando a melhor descida para poder abrir a trilha. Aí, as três pessoas foram abrindo, com o facão, descendo, abrindo a trilhinha aqui debaixo no mato. Foi assim que começou. Escolhemos a melhor trilha, que poderia não pesar muito para as pessoas subirem, para não cansar muito. O Libório escreveu as plaquinhas com os nomes das plantas. Quisemos mostrar um pouco as armadilhas tradicionais. Tivemos a idéia de colocar algumas na trilha para as pessoas poderem ver como que se faz armadilha para poder pegar alguma caça para o Guarani se alimentar. Aquelas armadilhas que estão na trilha são de verdade mesmo, é daquele jeito mesmo que faz, que funciona. Aquela ali é armadilha para pegar bichinho mesmo" (Roberto da Silva Karai).

Para mostrar aos visitantes o modo de vida Guarani, a equipe do Projeto - CTI e comunidade Guarani - realizou o vídeo "Ore reko - Nosso modo de Viver". As gravações foram realizadas por integrantes da própria comunidade indígena do Aguapéú.

"Eu vou falar um pouco sobre um vídeo que fizemos para mostrar para os visitantes do projeto. No começo, fui selecionado para ficar responsável sobre a filmagem e sobre o que seria legal de ser mostrado aos visitantes. Fiquei um tempo gravando algumas partes, até que pensamos em fazer um roteiro para gravar certo o que era para mostrar. Eu acho que consegui gravar a metade, mais ou menos, mas como eu tinha outro compromisso, essa parte ficou para o Libório. Uma equipe fez o roteiro. Nós temos a filmadora. Então começamos o trabalho de filmar: a dança, o canto das crianças, o que plantamos na aldeia, o que fazemos na aldeia e como é o nosso dia-a-dia. Como estava no roteiro, fizemos a filmagem. Depois que a filmagem ficou pronta, tivemos que trabalhar em São Paulo, onde fizemos a tradução do vídeo, porque tínhamos gravado na nossa língua e a fita tinha que ser legendada. Nós íamos quase toda semana a São Paulo, ficávamos sentados lá e escolhíamos qual parte que ia ficar no vídeo para poder mostrar para os turistas. E assim, com dificuldade também, conseguimos fazer a edição do vídeo para ser mostrado para os turistas. Fizemos esse trabalho com o objetivo de incentivar as crianças, os alunos da cidade e os turistas a respeitarem a natureza, porque entre a natureza está a vida dos humanos, dos índios. E o índio precisa de natureza. Fizemos o vídeo, está pronto, agora só falta mostrar para os primeiros visitantes" (Sergio da Silva Popyguá).



“Nós estamos contentes com a presença de vocês, que vieram conhecer nossa aldeia, ver nossa dança, nosso canto, e o que nós fazemos na nossa terra. Nós, daqui da aldeia, estamos pedindo para vocês, que são ‘brancos’: não sujem os rios, não destruam as florestas, não façam queimadas, não matem os pássaros e não matem os animais da mata. A natureza precisa de nós, que somos humanos, e nós precisamos dela para viver. Vamos cuidar da natureza”.

Depoimento de Lucinéia Martins da Silva Jaxuká, extraído do vídeo “Ore Reko – Nosso modo de viver” (CTI, 2002, NTSC, 20 min)

Organização da comunidade para executar o projeto

Para a execução das atividades do projeto, os técnicos do CTI levavam uma proposta e os índios discutiam entre si qual seria a prioridade do mês e de que forma iriam trabalhar. Era um caminho longo, com muito trabalho pela frente.

"Teve até um dia que isso assustou um pouco. Eu cheguei a questionar: vocês acham que não vai dar? E a resposta que eu tive foi: achamos que tem muita coisa para ser feita e não vamos conseguir. Eu disse: então, vamos desistir já. Aí os Guarani conversaram entre eles e decidiram fazer as atividades da melhor maneira possível. Quando perguntei por que decidiram isso, eles disseram que teriam orgulho de um trabalho realizado do começo ao fim e seriam vistos como capazes e esforçados por conseguirem. E que também seriam um exemplo para outras aldeias" (Fábio Henrique Comin).

Passo a passo, o trabalho ia sendo realizado.

Quando já estava construída toda a infra-estrutura do projeto, chegou o momento de selecionar quem trabalharia nas diferentes funções: barqueiro, guia da trilha, recepcionista na Casa da Cultura, zeladores dos equipamentos. "Reunimos todo mundo e fizemos uma seleção de quem estava mais interessado. Nós perguntávamos para as pessoas quem gostaria de trabalhar. Aí o pessoal decidia: se ele está com interesse, tudo bem, vamos colocar essa pessoa para trabalhar nisso. Foi assim que vimos se a pessoa ia se dar bem no trabalho do barqueiro, na guia. Foi assim que vimos quem ia dar mais certo naquela função" (Roberto da Silva Karai).

"Organizávamos mutirão de pessoas para fazer. Por exemplo, nós fizemos um mutirão só para colocar as pilastras. Depois, fizemos outro para buscar o material, pegar o capim. Sempre mutirão, todo mundo junto" (Libório da Silva Miri).

Tudo Preparado: E Agora, Onde Estão os Turistas?

Em janeiro de 2003, todas as instalações que dependiam da comunidade e do CTI estavam prontas: Casa da Cultura, painéis, folders, vídeo, equipamentos, casa de barcos, barcos, trilhas, lixeiras na entrada da aldeia, artesanatos. Apesar da previsão de receberem visitantes em março de 2003, alguns entraves ocorreram e acabaram por impedir o início das atividades na data prevista - demora da FUNASA na construção dos banheiros e atraso na instalação de energia elétrica na Casa da Cultura.

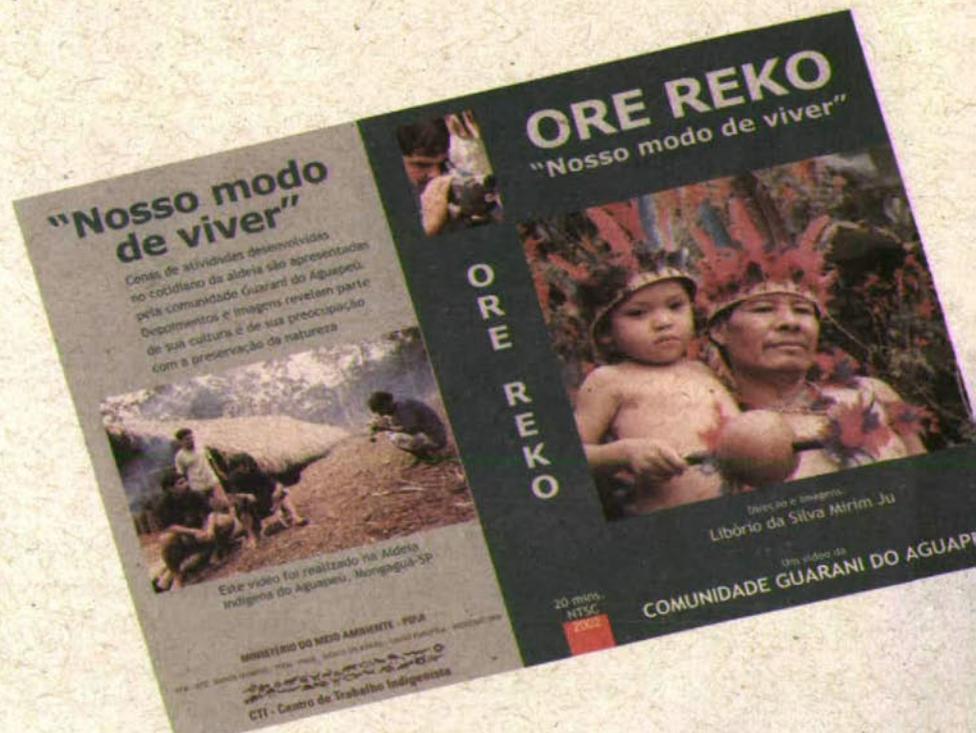
Com o intuito de estimular o Projeto, realizou-se uma parceria com a Prefeitura Municipal de Mongaguá. Ficou estabelecido que a Prefeitura seria responsável pelo agendamento das visitas e divulgação do projeto, sobretudo na rede pública de ensino. O agendamento estaria vinculado ao controle da cobrança das visitas que deveriam ser feitas por meio de depósito bancário na conta corrente do projeto. À Prefeitura caberia apenas o controle desses depósitos bancários. Também foi acordado que, para cada visita, seria disponibilizado um salva-vidas (que estaria de plantão durante a travessia de barco dos visitantes no Rio Aguapeú) e também um guia turístico, que trabalharia na autorização e condução dos transportes coletivos (ônibus, microônibus) até a aldeia e nos locais onde estes deveriam permanecer estacionados. Para viabilizar toda essa operação, a própria Prefeitura de Mongaguá disponibilizaria pessoas e estruturas físicas. Quanto à divulgação do projeto, a Prefeitura também entraria em contato com as emissoras de televisão regionais e rádios locais.

Até agosto de 2003, o projeto não recebeu visitas de escolas, principal público para o qual havia sido desenhado³. Isso gerou um grande desestímulo da comunidade indígena em prosseguir com a atividade. No entanto, com o novo apoio do PDA para a sistematização, foi realizada uma reunião na comunidade indígena Aguapeú, dessa vez sem a presença do representante da Prefeitura Municipal de Mongaguá, com o objetivo de identificar os possíveis pontos falhos.

³ Na época desta publicação (2006), a situação era assim: estavam acontecendo visitas, embora ainda não na quantidade esperada pelos guarani. Essas visitas estavam sendo recebidas na escola da aldeia, porque a Casa da Cultura necessitava já de reparos.

Durante a sistematização ocorreram reuniões entre os membros da comunidade e pessoas ligadas à Prefeitura de Mongaguá, com o intuito de buscar soluções para reverter a falta de visitas. Foram elencados os principais problemas que estavam ocorrendo: a Prefeitura de Mongaguá não contava até o momento com pessoas preparadas para informar a respeito do projeto; a "homepage" do município não trazia informações detalhadas sobre o mesmo; não havia sido feita a devida divulgação nas escolas municipais e na mídia; a presença de um salva-vidas e do guia turístico durante o passeio não eram serviços fornecidos gratuitamente pela Prefeitura, havendo um valor extra embutido no custo das visitas – fato que encarecia ainda mais o preço da visita para os interessados.

Para chegar a estipular o preço da visita, a comunidade fez cálculos, debateu o assunto, pesou os prós e os contras. "O preço era de quinze a dez (reais). As escolas achavam muito caro, por isso que não teve retorno. Chegamos nesse preço porque temos quatro barqueiros que vão trabalhar e mais um guia, além das pessoas que vão limpar e cuidar dos equipamentos: televisão, vídeo e som, e os banheiros. Pensamos que quinze reais, para a escola particular, daria pra pagar essas pessoas e ainda guardar para a comunidade. A pessoa que ficou responsável, que é o professor Chico, falou que no começo, quando eles distribuíram os folders, parece que tinham umas escolas que estavam interessadas, mas que acharam o preço muito alto" (Roberto da Silva Karai).



Como chegar
A partir de São Paulo:
Na planalto, acessar a Rodovia dos Imigrantes (SP140) ou Rodovia Anchieta (SP150) seguindo pela Rodovia Padre Manoel de Nobrega (SP055) no sentido do município Mongaguá. Passar por sobre o viaduto do trem de acordo principal de Mongaguá, virar à direita seguindo na via marginal da rodovia até a Rua José Celso Pereira. Ficar seguindo até as margens do Rio Aguapeú.

Aldeia do Mirim, Nhemboé
Rodovia Dr. Raimond Hoppelito do Lago (SP 055) mais conhecida com Rio Santos; Rodovia Córrego Domênico Rangoni (SP55) seguindo até a Rodovia Padre Manoel de Nobrega (SP 205). A partir daí seguir a estrada asfaltada.

O acesso à aldeia Guarani do Aguapeú é feito pelo bairro Jardim Vera Cruz, município de Mongaguá, seguindo a Rua José Celso Pereira Fica até as margens do Rio Aguapeú.

Quando visitar:
As visitas serão feitas somente com agendamento prévio no Depto. de Educação do Prof. Municipal de Mongaguá, das 8h00 as 17h00 de 2ª a 6ª
fone: (13) 3507-5716
para saber mais:
www.trabalhoindigenista.org.br

Orientações para o visitante:
É obrigatório o uso de calças sãlvã-vista durante a trãvelã do rio que dá acesso à Terra Indígenã do Aguapeú.
É obrigatoriamente proibido vestir qualquer espécie de fãra e fãra, pãra da Terra Indígenã.
Não jãgue fãra, pãra, sacã plãstico, fãta, fãta de alimento, etc. à na Terra Indígenã, não são de são são.
Para sua segurança, ã proibido fazer pãssão sãpã e companhia de sãntã Indígenã.
Não ã permitido o uso de bebidas alcãticas.
Usãr roupa, bõia e calçãto confortãvel e adequãdo para caminhãdo na fãra.
No caso de sãr sãlvã, não esquecer de levar os medicamentos pessoais.

CTI - Centro de Trabalho Indigenista
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - PPA
R. Dr. Raimond Hoppelito do Lago, 100 - Vila Santa João - Mongaguã - SP - 13.150-000
LABTEC - Mônica Faria

Projeto Jagutarei Nhemboé
Caminhando e Aprendendo
COMUNIDADE GUARANI DO AGUAPEÚ

Aprendendo com a Experiência

Um aprendizado significativo para o grupo foi que, embora seja importante e necessário contar com a cooperação de parcerias institucionais, os projetos da comunidade precisam assegurar autonomia para seu funcionamento. No caso, a dependência gerada em função do apoio estrutural oferecido pela Prefeitura, que não foi viabilizado e frustrou as expectativas dos Guarani, provocou uma desorganização interna em relação ao modelo de gestão inicialmente previsto por eles.

A questão específica da divulgação foi objeto de debates nesse sentido: "Para o pessoal de fora, perceber que os próprios índios estão divulgando seus próprios trabalhos, fica mais valorizado. Eu acho que isso que está faltando um pouco, por parte de nós, eu acho que é isso". Ficou claro que tinham que assumir a função de divulgar, mas que precisavam de apoio inicial para isso: "Esse é o nosso primeiro projeto. Já construímos a casa, já está tudo pronto. Mas só que, primeiro, temos que andar com o pessoal de fora, para pegarmos conhecimento. Aí, depois, nós mesmos vamos procurar. Mas, nesse momento, ainda estamos começando, não temos como ir sozinhos e procurar as escolas ou sei lá o quê. Ainda ficamos meio dependentes das pessoas. Mas acreditamos que, com a ajuda de vocês, nós vamos pegar o jeito, e, depois, vamos continuar trabalhando e levando para frente"
(Libório da Silva Miri).



A construção das casas e da trilha aconteceu junto com a elaboração do vídeo e dos painéis explicativos, cujos conteúdos tinham que ser pensados, discutidos. “Essa atividade prática e teórica também estava em constante processo e discussão, ela se entrelaçou o tempo todo, e acho que isso também foi uma novidade, um ganho para a comunidade, no sentido de estar sempre se adequando porque, na verdade, era uma ação que não implicava um efeito imediato” (Maria Inês Ladeira).

Outra questão importante é que, em projetos que visam à sustentabilidade a médio e longo prazos, torna-se necessário, para sua consolidação, um período de tempo maior, de forma que as dificuldades e os êxitos sejam apreendidos e gerenciados pelo conjunto da comunidade.

Um ponto extremamente positivo dessa experiência foi o envolvimento de todos nos trabalhos de discussão e de implantação do projeto. Isso promoveu, no período em que se estavam realizando as ações, forte coesão social.

“A comunidade aprendeu que um projeto desse, muito grande, sempre traz alguns problemas. Não vamos ver o resultado de imediato, e sim com um tempo maior. Eles pensaram que, quando terminasse o projeto, com o projeto em mãos, viriam visitantes toda semana, em uma semana viriam as escolas. Mas eles viram que não é assim, que com o tempo vamos nos acostumando, que o pessoal vai vindo devagar, que as pessoas vão vir visitar, porque elas sabem que tem o projeto aqui na aldeia. A experiência que nós tivemos foi ver que é muito trabalhoso, e fizemos tudo direitinho. Mas só não sei em que falhamos. O pessoal no início vinha e visitava, não toda semana, mas eu acho que era um bom sinal. Mas depois passou um tempo, depois de um ano, dois anos, com muito poucas visitas. Está melhorando um pouquinho, mas só que muitas pessoas que trabalharam no projeto já não estão mais aqui na aldeia. Com isso, algumas pessoas me perguntaram como vamos continuar com o projeto, e, mesmo assim, eu estou na frente e digo para as pessoas esperarem, não é com um ou dois anos ou até com três anos que vamos ter sucesso de mostrar nosso trabalho” (Davi da Silva Karai Rataendy).

Recomendações para outras Comunidades Indígenas

"O que eu falaria para outras comunidades que pensam em fazer um projeto é que tem que ter esperança. Se fizer um projeto e quiser ver os resultados de imediato não vai dar certo. Eu acho que se a comunidade indígena faz um projeto, tem que saber que tem vários projetos fora, e aí quem fica bem é quem tem o melhor projeto. É claro que queremos que o nosso projeto seja o melhor. Algumas famílias da aldeia pensaram no projeto, fizemos a trilha para mostrar o costume, a dança e o canto. Tem muitas pessoas (os brancos) que também fazem isso: levar as pessoas de fora para mostrar a trilha na mata. No meu pensamento isso também prejudicou, porque tem outros projetos desse tipo.

A melhor propaganda que eu posso fazer é ir nas escolas e despertar a curiosidade das pessoas. Agora o professor Chico (Prefeitura de Mongaguá) está nos ajudando a divulgar o projeto. Acho que também é preciso reformar a Casa da Cultura. As pessoas estão vindo visitar a aldeia mas, por enquanto, estou recebendo na escola. A visita começa pela trilha para chegar até a escola, e depois a descida é por outra trilha até o Rio Aguapeú" (Davi da Silva Karai Rataendy).



Contando a História ao Pé do Ouvido

Transcrição da fita sistematizada

Locutor: A aldeia Guarani do Aguapeú localiza-se nas encostas da Serra do Mar, Município de Mongaguá, litoral sul de SP, onde moram atualmente cerca de 20 famílias. O Rio Aguapeú, que dá nome à aldeia, é o limite que separa e une a aldeia da cidade, os índios e os não-índios. Em 1998, a comunidade solicitou o apoio do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) para fazer um projeto a fim de organizar a visita das pessoas à aldeia, de modo que os Guarani pudessem mostrar onde moram, seus costumes e receber dinheiro por esse trabalho. O Projeto foi feito com o apoio do Ministério do Meio Ambiente/Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA) e ficou pronto com as construções e o funcionamento dos equipamentos no começo de 2003. Em julho de 2003, o PDA procurou o CTI para

que, junto com a comunidade, fizesse a sistematização dessa experiência. Para isso, o CTI foi à aldeia e explicou o que era esse trabalho: registrar o que as pessoas da comunidade e a equipe do CTI contavam sobre como tinha sido a história do Projeto, desde a sua idéia até hoje, lembrando, principalmente, como tinha sido a participação das pessoas na organização do trabalho e se isso ajudou a comunidade a se fortalecer. Resolveram, então, que a melhor forma de apresentar o resultado desse trabalho seria através de uma fita cassete para, assim, divulgar ao maior número de pessoas, principalmente os Guarani, essa experiência tão bonita. O CTI e a comunidade do Aguapeú agradecem o apoio do PDA e outras pessoas que ajudaram nesse trabalho.



Roberto: Antes de morarmos aqui no Aguapeú, vivíamos em São Paulo, em Parelheiros, que é a aldeia Morro da Saudade. Lá tinha uma pessoa de idade, já de uns cento e poucos anos, chamada Dona Helena. Parece que, quando moça, ela já tinha morado aqui. Ela sempre falava que tinha uma antiga aldeia que ficava em Mongaguá e dizia que queria voltar, começar aquela aldeia de novo. Então ela nos chamou. Conversamos com ela e, aí, viemos para cá. Quando chegamos, já tinha bastante posseiro que tinha entrado nessa área. Com o tempo, o pessoal da cidade ficou sabendo que os índios estavam morando aqui, aí eles sempre vinham. O pessoal de São Paulo e de outros lugares também contavam que tinha os índios aqui, e as pessoas vinham nos conhecer.



Libório: No começo de tudo, vimos que vinham muitas pessoas de fora para ver os índios, comprar artesanato, passear de barco. Por isso, pensamos em um projeto que poderia servir para a comunidade, para o futuro.



Roberto: Não sei se a idéia foi do Leonardo ou do Davi. Eles chegaram a conversar com o CTI, porque o pensamento, a idéia, foi fazer um projeto para comprar um barco para fazer o passeio com os turistas.



Libório: Então, pensamos assim: será que se fizermos um projeto pode dar certo? Aí nós

nos reunimos, porque aqui a maicria é quase toda de irmãos. Então sentamos numa noite, chamamos o pai, conversamos e decidimos sobre o que é o que devia ser feito. Tentar, para ver se dá certo, para melhorar alguma coisa para a comunidade. Nós mesmos, aqui na comunidade, não tínhamos associação. Por isso não poderíamos fazer o nosso projeto diretamente e mandar para quem fosse financiar. Então, buscamos a parceria com o CTI, que é uma organização não-governamental. O CTI tem experiência porque já vem trabalhando com os índios há muito tempo, e sabe quais os problemas que os turistas trariam se trabalhássemos com as visitas dentro da aldeia. Porque aqui tem um costume: na nossa cultura, incomoda um pouco quando vêm muitas pessoas de fora. Não estávamos pensando nisso quando falamos do projeto de visita à aldeia. Reunindo com o CTI, vimos que teríamos que pensar muito bem, porque os turistas também poderiam trazer problemas para a comunidade. Pensamos, então, em construir uma casa, isto é, um lugar específico só para os visitantes. Tínhamos que pensar em um lugar que fosse afastado das moradias, das nossas casas, pois, assim, seria melhor para nós. Existindo uma casa só para receber os turistas não seríamos mais incomodados em nossas próprias casas. Assim, eles já poderiam vir na hora que quisessem. Também pensamos que tem dia que a gente pode não querer a visita. E assim então, foi diferente do que nós estávamos pensando; a partir daí mudou, a gente já pensou de outro jeito.



Libório: Então foi onde mudou nossa idéia. A Maria Inês (CTI) falou o que ela estava pensando e nós achamos também que era bom o que ela estava falando, porque se a gente fosse trabalhar só com passeio... Pensamos assim que os turistas podiam vir aqui na aldeia, olhar tudo, comprar artesanato, depois então a gente faria o passeio com eles pelo rio e eles iam embora. Aonde então a gente pensou numa trilha, na Casa da Cultura, nos barcos, nos

colete e nos remos. Também pensamos em mostrar um pouco da nossa cultura, do canto das crianças, da dança, e contar para eles como que é o nosso dia-a-dia, qual era o dia-a-dia das crianças, dos mais velhos. Juntamos tudo isso e vimos que tinha que pensar melhor, até na visita, tudo. Daí já estávamos certos, porque nós tínhamos que fazer aquilo mesmo, não do jeito que nós estávamos pensando no começo. Depois nós chamamos de novo a comunidade e explicamos: nós pensamos assim, e o CTI também achou legal isso.



Adriana: Lembro que fiquei na aldeia mais alguns dias para fazer junto com o pessoal uma primeira versão do projeto. Levei essa versão para São Paulo, mostrei para a Maria Inês, ela viu que várias coisas tinham que ser melhoradas e voltamos juntas para a aldeia. Fizemos mais uma reunião com todo mundo e de novo começamos a reconstruir o projeto. Isso não foi rápido, não. Lembro que veio uma resposta do PDA, informando que o projeto ainda estava sendo avaliado, e também algumas perguntinhas para serem respondidas. Respondemos a essas perguntas; uma, por exemplo, era sobre a trilha, se precisava abri-la muito e eu disse que não. Mandamos a resposta, mas a resposta do projeto não vinha. A comunidade perguntava sobre isso toda vez que eu ia à aldeia e eu sempre falava que a resposta não tinha vindo. Teve uma hora que eu nem sabia mais o que falar para a comunidade.



Davi: Então, algumas vezes o pessoal desanimava, porque os que estavam na liderança não sabiam como é que as coisas

iam acontecer. Uma parte da comunidade não entendia. Outra parte do pessoal falava assim para o cacique, para a liderança: "Como é que vocês falam que o projeto vai acontecer, e nada de aparecer, de virem os barcos, o que é que está acontecendo, por que tanta demora?" Até a Maria Inês já tinha dito que o Fábio estaria trabalhando com a gente. Ele veio a primeira vez numa tardezinha e conversou comigo. Na época eu era o cacique. Trabalhamos bastante com ele no projeto. Ele vinha e falava muito. Chegou uma hora em que cansei e disse: "Você só fala, fala, e cadê o dinheiro, cadê o projeto que nunca vem, só vem encher a cabeça do índio?" Então, por sorte, meses depois já veio a resposta do pessoal lá de Brasília, que mandou um aviso para o pessoal do CTI dizendo que já vai, que a primeira remessa do dinheiro já ia ser depositada no banco tal. Então, o processo foi assim. E o trabalho já foi mais adiantado, porque antes disso o Fábio já vinha e conversava direto conosco, vinha e chamava o pessoal, conversava conosco. Então, foi assim.



Fábio: Eu acho que, por algum motivo, a sorte me colocou à frente desse trabalho. Eu achava na época que o projeto tinha tudo para dar certo e os Guarani estavam muito empolgados e motivados. Marcávamos reunião e eles me cobravam: "Você veio aqui só para falar ou realmente a gente vai fazer, vai começar logo?". E eu ficava naquela linha dura: vamos falar, porque só vamos fazer se falarmos muito, se discutirmos muito, se cada um botar a sua opinião, se cada um botar o seu ponto de vista, se cada um assumir o compromisso. Porque, no começo, eu queria que eles percebessem que isso aí era um sonho deles, era um sonho, uma vontade da comunidade inteira. Não era o Fábio, não era o PDA, não era o CTI, não era o governo,

não era a prefeitura, não era ninguém, eram eles, era um sonho deles, a realidade deles, para eles. Então, o envolvimento, no começo, foi fundamental nesse processo, e durou mais dois meses até vir a primeira parcela do recurso.



Davi: Quando veio o aviso de que a verba para o projeto já estaria depositada no banco, o Fábio já tinha organizado como ia ser o nosso trabalho. Primeiro ele fez assim: acho que tínhamos três grupos, porque um grupo trabalha só na divulgação, outro na construção da Casa da Cultura, outro na construção da casa de barco. Mas, antes disso, nós fomos também olhar onde ia ser a casa de barco, onde ia ser a Casa da Cultura, olhamos tudo. Isso foi um trabalho que, no início, foi difícil para fazer funcionar, para trabalhar o projeto.



Fábio: Eu explicava a importância do projeto e dizia que, para termos um bom resultado, teríamos que nos reunir muito para fazermos o planejamento das atividades. Então eu tinha uma proposta: os índios deveriam discutir entre eles a prioridade do mês, para sentirem que ia ter muito trabalho pela frente. Teve até um dia que isso assustou um pouco, eu cheguei a questionar: "Vocês acham que não vai dar?" E a resposta que eu tive foi: "Achamos que tem muita coisa para ser feita e não vamos conseguir". Eu disse: "Então, vamos desistir já". Aí os Guarani conversaram entre eles e decidiram fazer as atividades da melhor maneira possível. Quando perguntei por que decidiram isso, eles disseram que teriam orgulho de um trabalho realizado do começo ao fim e seriam vistos como capazes e esforçados por conseguirem. E que também seriam um exemplo para outras aldeias. No dia 17 de

outubro de 2001, começou o projeto "Jaguatarei Nhemboé - caminhando e aprendendo". Daí para frente, é uma história melhor que a outra.



Libório: Fizemos a casa do barco com a ajuda dos universitários da USP. Para levantar mesmo, a gente precisou também de uma pessoa que sabia medir direitinho, fazer concreto, construção. Ele nos ajudou bastante, explicava como tinha que fazer, como que tinha que medir.



Fábio: Uma situação bacana ocorreu no dia da limpeza da casa dos barcos, que foi realmente a primeira atividade em grupo deles. Foi o dia do "agora vai". Foi feito um café da manhã coletivo, que eles chamavam de reforçado: café, xipá, lingüiça frita e sardinha. Neste dia, tinha 18 pessoas, todos com botas novas, facões e bainhas amarrados na cinta e uma empolgação para começar que não tinha tamanho. Na época, essa motivação fazia com que acontecesse um envolvimento participativo conseguido através do compromisso de cada um. Quando voltei, no dia 4 de janeiro de 2002, a casa já estava pronta, igual ao desenho feito pelos estudantes da USP.



Libório: Nós levantamos a casa do barco e deixamos tudo pronto. Partimos para outro trabalho, que era escolher a Casa da Cultura, onde seria o centro principal do projeto.



Roberto: Fizemos primeiro uma reunião para saber como seria a casa para receber os alunos da cidade e os visitantes. Aí decidimos que a casa teria as características indígenas, que seria como se fosse a nossa casa antigamente. A construção da Casa da Cultura demorou um pouco, porque teve problemas: a área que nós escolhemos tinha posseiro e não podíamos limpar e nem construir. E teve outros problemas também entre nós mesmos. Nós tentávamos trabalhar, só que paramos um pouco porque ficamos um pouco desanimados. Teve um tempo que ficamos parados; um chamava a pessoa para trabalhar, fazer limpeza, as pessoas não iam. Aí a gente desanimou um pouco. E ficávamos só esperando e pensando: "Quando é que o Fábio vem, que a Adriana vem, e o que eles vão falar?". Nós só esperávamos e não fazíamos nada. Aí, aparecia o Fábio: "Cadê o trabalho que vocês tinham que fazer? Não estou vendo trabalho de vocês, vamos trabalhar, pessoal!" Ele falava mesmo, porque ninguém trabalhava, ficava esperando um do outro e o outro não ia... O Fábio vinha e falava, e a Adriana também falava: "Tem que trabalhar também, o projeto é de vocês e, se vocês não trabalharem, quem vai fazer as coisas?". Nós nos organizamos e chamamos o pessoal. Tínhamos que comprar a madeira e os eucaliptos, porque a comunidade não queria cortar madeiras da floresta. A nossa cultura respeita muito as árvores, tem algumas madeiras certas para cortar e outras que não podemos. Por isso decidimos comprar eucalipto, e para durar mais.



Libório: Eles compravam material e nós íamos puxando. A gente foi, foi, foi construindo

devagarzinho; parava um dia, e no outro, vinham a Adriana e o Fábio e falavam: "Vamos trabalhar, vamos trabalhar". Então levantávamos e íamos trabalhar. Nós fazíamos mutirão de pessoas para construir as coisas. Por exemplo, fizemos um mutirão só para colocar as pilastras. Depois, fizemos outro para buscar o material, pegar o capim... Sempre mutirão, todo mundo junto.



Adriana: Na época, a Funai já havia iniciado o processo de indenização⁴, mas ainda havia muita confusão a esse respeito no local.



Libório: Isso atrasou muito, muito. Até ficamos parados! O CTI tinha que correr atrás da Funai para estar resolvendo as coisas, porque tínhamos que continuar o projeto, terminar a Casa da Cultura. O CTI andava e procurava uma coisa para resolver até conseguir. Nós recebemos a notícia de que podíamos continuar o projeto. Continuamos, meio com desânimo, mas continuamos o trabalho. A gente veio andando nessa construção de realizar o projeto; compramos os quatro barcos, os coletes, duas TVs, dois vídeo-cassetes, uma filmadora e um som. Terminamos a Casa da Cultura e também fizemos a trilha que fazia parte do projeto, que é por onde os turistas iam pra Casa da Cultura. Quando eles acabaram de fazer a trilha, eu não estava.



⁴ Indenização das benfeitorias dos posseiros para liberar a Terra Indígena.

João : A história da trilha, no começo foi assim: o pessoal se juntou aqui, depois três pessoas desceram, procurando a melhor descida para poder abrir a trilha. Aí, as três pessoas foram abrindo, com o facão, descendo, abrindo a trilhinha aqui debaixo no mato. Foi assim que começou. Escolhemos a melhor trilha, que poderia não pesar muito para as pessoas subirem, para não cansar muito. O Libório escreveu as plaquinhas com os nomes das plantas. Quisemos mostrar um pouco as armadilhas tradicionais., Tivemos a idéia de colocar algumas na trilha para as pessoas poderem ver como que se faz armadilha para poder pegar alguma caça para o Guarani se alimentar. Aquelas armadilhas que estão na trilha são de verdade mesmo, é daquele jeito mesmo que faz, que funciona. Aquela ali é armadilha para pegar bichinho mesmo.



Serginho: Vou falar um pouco sobre um vídeo que fizemos para mostrar aos visitantes do projeto. No começo fui sozinho, quer dizer, fui selecionado para ficar sozinho fazendo a filmagem, escolhendo as partes que seriam legais para mostrar para os visitantes. Fiquei um tempo gravando algumas partes até que foi feito um roteirinho para gravar o que era para mostrar. No começo, eu fiz. Acho que consegui gravar mais ou menos a metade. Como eu tinha outro compromisso também, a outra parte ficou para o Libório. Maria Inês, eu e Davi fizemos o roteiro: como tínhamos que gravar e filmar, e o que íamos mostrar na Casa da Cultura. Temos a filmadora e fizemos a filmagem. Daí começou o trabalho de filmar a dança, o canto das crianças, o que a gente planta na aldeia, o que a gente faz na aldeia, e como é o nosso dia a dia. Com esse roteiro nós fizemos a filmagem. Depois, tivemos que trabalhar junto com a Maria Inês e a Lucila, que faz (edita) o vídeo. Então preparamos a filmagem e, depois,

tínhamos que ir pra São Paulo, onde fizemos a tradução, porque o vídeo foi gravado na nossa língua. Nós tínhamos que traduzir para a fita ser, como é que é? Legendada. O Davi trabalhou também, ele que fez a tradução; traduziu, e nós trabalhamos bastante também, para editar e preparar o vídeo. Nós íamos quase toda semana a São Paulo, ficávamos sentados lá e escolhíamos qual parte que ia ficar no vídeo para poder mostrar para os turistas. E assim, com dificuldade também, conseguimos fazer a edição do vídeo para ser mostrado para os turistas. Fizemos esse trabalho com o objetivo de incentivar as crianças, os alunos da cidade e os turistas a respeitarem a natureza, porque entre a natureza está a vida dos humanos, dos índios. E o índio precisa de natureza. Fizemos o vídeo, está pronto, agora só falta mostrar para os primeiros visitantes.



Adriana: Já tinha terminado o projeto em dezembro. A Casa da Cultura, a casa de barco, a trilha, tudo. Mas o banheiro ainda não tinha sido construído. Isso no fim até foi bom porque, nesse meio-tempo, enquanto o banheiro estava sendo construído, começamos a trabalhar com esses aspectos da organização da comunidade para o projeto. Nós nos reuníamos na casa de reza ou na Casa da Cultura e começávamos a pensar como seria a visitação, quem trabalharia no projeto, como seria o agendamento.



Roberto: Essa parte de escolher o pessoal para fazer a equipe do projeto foi decidido na reunião que a gente fez. Reuniu todo mundo, a gente fez uma seleção de quem estava mais interessado. A gente perguntava para as pessoas que gostariam de trabalhar e foi escolhendo assim: quem estivesse interessado

podia trabalhar. O pessoal decidiu: se ele está com interesse, tudo bem, vamos colocar essa pessoa para trabalhar nisso. Assim a gente viu as pessoas, se iam se dar bem no trabalho do barqueiro, na guia. Vimos quem ia dar mais certo naquela função.



Adriana: Muitas dessas coisas já haviam sido meio que ajeitadas. Por exemplo, a parceria com a prefeitura. Nós imaginávamos, na época, que, com a prefeitura se responsabilizando pelo agendamento e pelo controle dos pagamentos dos passeios, seria tudo mais fácil para o pessoal da comunidade; que só teria que se preocupar em se organizar para receber as ligações da prefeitura com os agendamentos já feitos, preparar o pessoal do projeto e receber os visitantes.



Roberto: Conversamos sobre como que ia ser feita a divulgação, se pela escola. Aí, conversamos, junto com o pessoal, a Maria Inês e a Adriana. Achávamos que pela Prefeitura seria melhor, porque eles têm mais conhecimento. A Prefeitura se dispôs a entrar, a ajudar a divulgar o projeto, a ficar com essa parte. Então fomos lá e fizemos uma reunião com o Professor Chico, da Secretaria de Turismo, que ficou de ver essa parte de divulgação.



Adriana: Antes de marcar uma reunião com o pessoal da Prefeitura e da Secretaria da Educação para acertar tudo isso, eu me lembro de que nos reunimos na casa de rezas

e começamos a discutir o preço das visitas, o dinheiro que iria para o fundo do projeto, o dinheiro para a comunidade, os responsáveis pelo projeto, os responsáveis pela conta bancária e pagamento de cada um. E assim foi.



Roberto: O preço era de quinze a dez (reais). As escolas achavam muito caro, por isso que não teve retorno. Chegamos nesse preço porque temos quatro barqueiros que vão trabalhar e mais um guia, além das pessoas que vão limpar os equipamentos: televisão, vídeo e som, e os banheiros. Pensamos que quinze reais, para a escola particular, daria pra pagar essas pessoas e ainda guardar para a comunidade. A pessoa que ficou responsável, que é o Professor Chico, falou que no começo, quando eles distribuíram os folders, parece que tinham umas escolas que estavam interessadas, mas que acharam o preço muito alto.



Adriana: Quando passamos o combinado com a comunidade para a Prefeitura, eles aceitaram o preço, não falaram nada que estava caro. E ainda avisaram que a Prefeitura iria colocar um salva-vidas para acompanhar os grupos de visitantes e um guia para entrar com os ônibus que viriam de fora para o município. Eu lembro que não entendemos muito bem. Ninguém falou naquele momento que isso acabaria por encarecer ainda mais o preço das visitas. Nós achamos que seria um serviço gratuito do município. Mas, no fim, vimos que não era nada daquilo. Só soubemos que isso seria cobrado depois, em uma segunda reunião com a Prefeitura, quando já estávamos percebendo que não havia procura para visitar o projeto.



Roberto: Mas aí vimos que não estava dando certo, que as coisas estavam andando devagar, e decidimos que nós mesmos iríamos às escolas.



Adriana: Fizemos uma reunião na aldeia, foi até em função desse projeto de sistematização. Foi na Casa da Cultura. Aproveitamos para ver o que a comunidade achava, onde é que eles vendo os problemas, onde estavam identificando os pontos problemáticos. Antes dessa reunião, já havíamos verificado de novo o agendamento feito pela Prefeitura: ninguém sabia informar nada. Passaram o telefone do professor Chico, celular. Vimos também que no "site" da Prefeitura não havia informações sobre o agendamento, sobre as visitas ao projeto. Então decidimos marcar uma reunião com o Professor Chico para resolver isso. Fizemos a reunião na Prefeitura, foi até no sábado. O professor Chico assumiu que, de fato, a Prefeitura não estava preparada para assumir essa parceira. E assim, mudamos todos os acordos. Isso tudo na época da sistematização. A Prefeitura continuaria apoiando o projeto, a confecção de folder, saquinho de lixo, mas toda a parte de agendamento e divulgação ficaria para a própria comunidade indígena, com o apoio do CTI.



Sérgio: Então, pensamos, no começo, em abrir uma conta para o projeto receber o pagamento das visitas, e como seria a forma de pagamento. A escola, por exemplo, se quiser vir, vai ter que fazer um depósito, e depois mandar um

comprovante pelo fax que vai ser recebido aqui na aldeia. Depois, precisa de confirmação também, para ver se depositou mesmo e tal, antes de vir. Tem que fazer o depósito e depois ligar, mandar fax pra comprovar que já está na conta. Aí, eles podem vir para fazer a visita.



Serginho: Não foram muitas mudanças. Fizemos uma reunião para ver como é que ia funcionar. Então, mesmo que algumas pessoas mudassem, o trabalho continuaria do mesmo jeito, não ia parar. Só que essa última mudança aconteceu do Libório, que queria sair. Mesmo assim não fez muita falta. Ele estava na frente do pessoal que trabalhava, era coordenador do pessoal que ia trabalhar, mas não mudou muita coisa. Agora que entrei, acho que vou continuar o mesmo trabalho que ele vinha fazendo com o pessoal, de estar coordenando essa casa e resolvendo os problemas que vierem a acontecer. No momento, eu não tenho idéia nova, porque não vi ainda os problemas, quer dizer, os problemas ou as necessidades, porque não tem a visita ainda. Depois da visita é que vamos saber as necessidades de mudança, o que a gente acrescenta, o que a gente oferece mais. Porque, sem as visitas, ainda não dá para pensar no que precisamos colocar para ampliar o projeto, crescer mais.



Eduardo: Porque é o seguinte: uma pessoa, duas pessoas, criam coragem, pegam e saem. Então, a casa está feita. A casa cultural está feita, o passeio está pronto, então nós esperamos as escolas, os turistas. Nós precisamos disso, para influenciar o trabalho, para poder seguir. O que falta dali para frente, o que nós podemos colocar adiante, se esse

serviço, se outro serviço, para a gente saber qual é o serviço principal, para mostrar, para poder seguir em frente.



Libório: Para o pessoal de fora, para perceber que os próprios índios estão divulgando seus próprios trabalhos, aí fica mais valorizado. Eu acho que isso que está faltando um pouco, por parte de nós, eu acho que é isso.



Sérgio: Eu penso assim, que nem a Bernadette falou, que nós tínhamos que procurar as pessoas conhecidas, como o Cristiano, da Funai, falar com ele para ele espalhar para o pessoal, fazer boca-a-boca. Acho que estava faltando um pouco disso também, para começar a ter os movimentos aqui da visita.



Roberto: Esse é o nosso primeiro projeto. Nós já construímos a casa, já está tudo pronto. Só que, primeiro, temos que andar com o pessoal de fora, porque, depois que pegarmos conhecimento, aí nós mesmos vamos procurar divulgar o projeto. No momento, agora, estamos começando, não temos como irmos sozinhos e procurarmos as escolas. Ainda ficamos meio dependentes das pessoas. Mas acreditamos que, com a ajuda de vocês, vamos pegar o jeito, e, depois, vamos continuar trabalhando e levando para frente. É apenas a minha opinião.



Davi: Como nós trabalhamos direitinho, vocês que vão ouvir essa fita terão que pensar muito, porque, infelizmente, arrancamos os cabelos para gastar direitinho, para funcionar e tal. Agora, para funcionar, nós, índios Guarani aqui da aldeia, que nem eu, o Davi, esse pessoal que está falando aqui na fita, eles querem sim, nós queremos trabalhar, queremos ver funcionar o projeto. Ainda vamos ter que mostrar que isso é verdade, vamos ter que mostrar que estamos interessados mesmo. Isso é coisa para vocês, vocês "juruá" (não-índio) que fazem isso. Agora, para nós, índios, já trabalhamos bastante, já mostramos o que é verdadeiro. Eu acho que nós, Guarani, ficamos muito contentes com isso sim. Vocês querem uma mostra de que o próprio índio está fazendo o projeto, que o próprio índio vai dirigir esse projeto, está certo. Não vai ser assim de uma hora para outra que vai funcionar direitinho, do jeito que nós pensávamos, mas estamos botando fé nesse projeto.



Bernadette: Foi muito bom fazer esse trabalho. Nesses quase 30 anos de convivência, nós, do CTI e a comunidade do Aguapeú, estamos crescendo juntos. Continuamos aprendendo com os novos desafios, com esse projeto de organizar a visita de turistas e escolas. Eu fico contente, porque vejo que, apesar das dificuldades, que não são poucas, vocês continuam unidos e sem medo de assumir novos trabalhos, como o agendamento das visitas, a divulgação do projeto e outros, que estão ensinando a vocês como se relacionar com o mundo dos brancos com mais autonomia, segurança e orgulho do modo de ser Guarani.

Maria Inês

(Depoimento Integral)

O projeto do PDA teve sua origem com o Rio Aguapeú. O Rio Aguapeú, aliás, é a origem da história da retomada da aldeia pelos Guarani, pelas famílias Guarani que vivem hoje lá.

O Rio Aguapeú, além da sua importância como uso, como a pesca, como reduto de fauna, tem também um significado que extrapola esse sentido de uso, que é a própria condição de limite. É o rio que divide, como eles falam, a aldeia da cidade; é um rio que desenha, dá o contorno da aldeia e, enquanto limite, é usado pelos índios e pelos brancos. Esse uso comum gerou vários relacionamentos dos índios com pessoas que o utilizam para pescaria, como lazer nos finais de semana, num sistema de cooperação mútua com relação à travessia, ao transporte, à troca de barcos.

O CTI, no começo da nova história da aldeia, em 1989/1990, contribuía com a comunidade também com a aquisição de barco, de canoa. Mas a nossa preocupação, na época, era dar uma certa autonomia para a comunidade com relação à travessia para chegar à aldeia e também para suas atividades de pesca. No entanto, nessa rede de cooperação lá da região, os índios acabavam sendo solicitados a emprestarem os barcos ou mesmo alugarem para pessoas que tinham uma atividade mais esporádica no próprio rio. Assim, os Guarani começaram a solicitar ao CTI barcos que eles pudessem alugar e se constituir numa fonte de renda para a comunidade. O projeto do PDA nasce nesse contexto. E o papel do CTI junto à comunidade do Aguapeú foi de transformar uma demanda comum, uma solicitação direta ao CTI, num projeto. Transformar uma demanda num projeto em que o CTI não seria a fonte, mas um parceiro de trabalho e de construção de uma idéia.

Nos nossos primeiros encontros, isso ficou bem claro: que a questão de se conseguir recursos

alugando e disponibilizando os barcos para os pescadores era um recurso, um empreendimento visto como um negócio entre a comunidade e moradores, e isso distinguia de uma perspectiva mais consolidada e menos imediata que é a construção de um projeto.

O projeto em si, o significado da palavra projeto, já implica uma outra relação de perspectivas e de transformação. Quando você faz um projeto, você está pensando, está elaborando experiências passadas, está pensando nas necessidades presentes, e está projetando, vislumbrando uma melhoria de qualidade de vida, numa perspectiva de futuro, ou pelo menos de ser um momento transformador da realidade. E foi assim que, ao mesmo tempo em que discutimos a idéia original de "vamos conseguir um barco para conseguir recursos", propusemos "vamos transformar essa demanda num trabalho diferente, em que vocês mesmos terão que participar, terão que trabalhar, terão que ver quais são todas as dificuldades". E aí, o CTI entra como uma ONG que sobrevive à custa de projetos e, portanto, tem uma experiência grande em trabalhar com a satisfação ou não de expectativas e também em trabalhar com as frustrações; em saber que cada proposta está rodeada de dificuldades, de empecilhos, mas também de questões e aspectos positivos. E sempre envolvendo um trabalho participativo, um trabalho que sempre traz um ganho pessoal, coisas que estão nos fazendo pensar e estar sempre reelaborando idéias... E assim começamos a discutir, desde a proposta inicial, discutindo passo a passo quais os caminhos para se fazer algo transformador na comunidade.

Nós fizemos reuniões, várias reuniões na casa de rezas da aldeia, discutimos muito como seria toda essa questão da participação da comunidade. Mas o que mais foi revelador no começo, a grande diferença, foi de transformar o que eles eram - os receptores - nos verdadeiros solicitantes, os solicitantes autênticos para um trabalho coletivo.



Um trabalho que envolveria todos, cujos frutos se pensava em reverter para toda a comunidade. E aí também entra um grau de responsabilidade de cada um dos participantes. E essa carga de responsabilidade, que no caso de projeto comunitário você coloca, você repassa para os membros da comunidade. É uma questão também muito delicada, porque eles passam a ser o alvo, dentro da sua própria comunidade, das insatisfações, dos problemas que vão surgindo. E isso, em comunidades pequenas em que as relações familiares são muito próximas, como no caso das aldeias Guarani, tem um peso muito significativo. Para nós do CTI, sempre é também um desafio e um aprendizado ter que trabalhar com todas essas relações, de modo que as ações que incrementamos não tenham um efeito contrário de desmobilização, de desconsideração também com as hierarquias. E, sobretudo, ter em mente que nossos parceiros, no caso os parceiros do CTI (financiadores), têm suas próprias dinâmicas institucionais, o que implica muitas vezes o fato de que nós, das ONGS, não tenhamos um quadro fixo de colaboradores que possam dar continuidade a todas as ações. Aliado a tudo isso, há a questão do tempo. Depois de muito tempo, um ano e meio de discussão, quando conseguimos formatar e fazer uma proposta que conciliasse tanto os interesses da comunidade no seu conjunto, como a proposta de "renovação" do CTI, conseguimos encaminhar, em outubro de 1999, o projeto. Uma outra condicionante é que tem um tempo muito grande de espera, até os projetos serem aprovados, até chegarem os recursos, e é claro que nada fica estático no tempo. Bom, de toda forma, isso tudo faz parte de um processo, e uma questão importante é trabalhar com esses dados da realidade que são condições, às quais tanto as comunidades, quanto as ONGs, ou o próprio Estado, têm que se adequar.

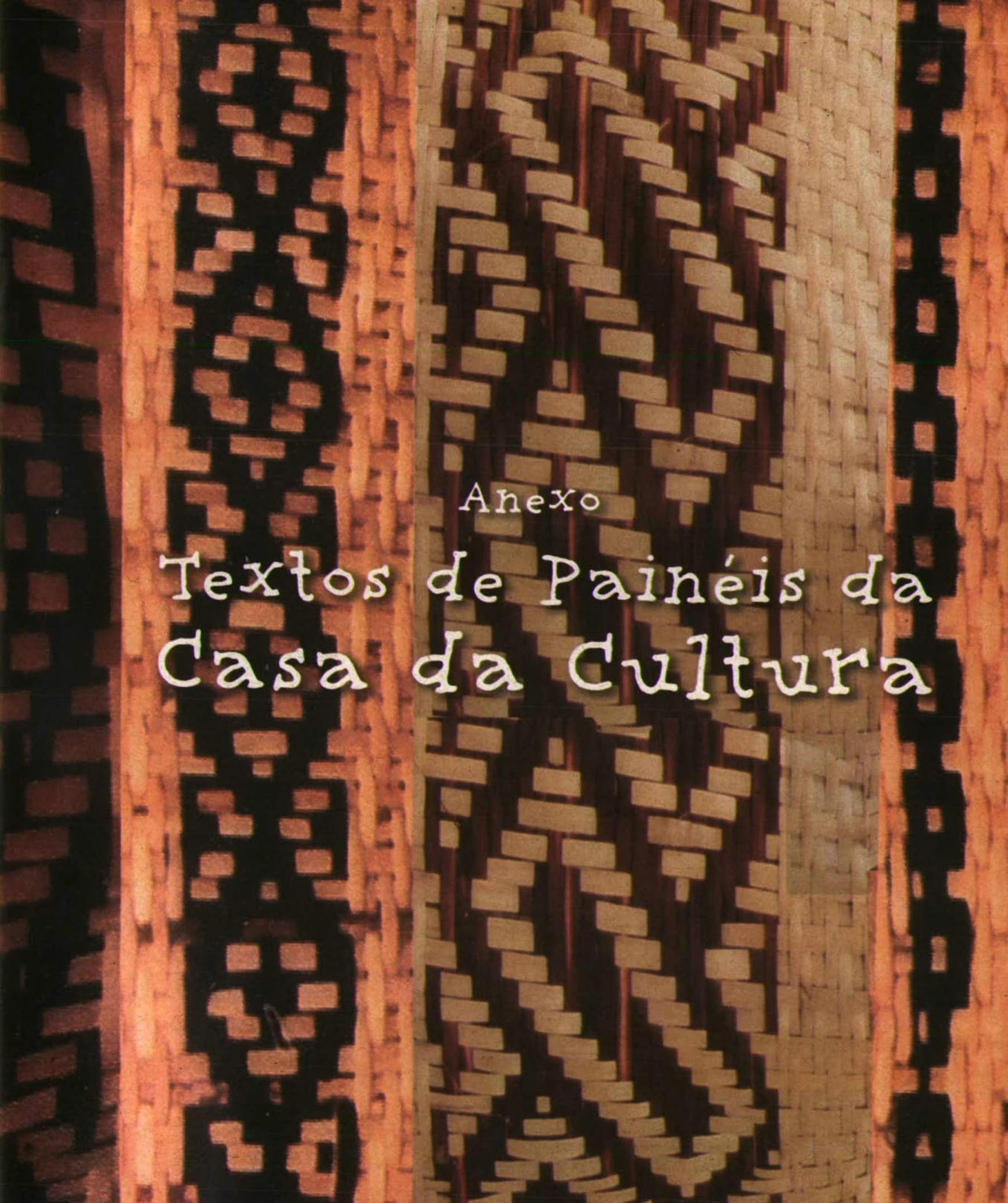
Também existem as etapas de trabalho que o CTI precisou para se readequar com o pessoal técnico, com uma equipe que nós compusemos aqui, formada por três pessoas: eu, antropóloga; Adriana, agrônoma; Fábio, biólogo. Éramos da equipe do CTI e, dividindo tarefas, pudemos dar

continuidade ao trabalho, tanto de pensar, de projetar, como nas fases de implantação, com os meios materiais. E também as discussões dentro da comunidade, e fora, com as prefeituras ou com outros eventuais parceiros.

Uma vez pensadas e repensadas várias estratégias, iniciou-se então a construção da Casa da Cultura, da trilha, a elaboração do vídeo, os painéis, a exposição, os conteúdos a serem mostrados tanto no vídeo como nos painéis. Essa atividade prática e teórica também estava em constante processo e discussão, ela se entrelaçou o tempo todo; e eu acho que isso também foi uma novidade, um ganho para a comunidade, no sentido de estar sempre se adequando porque, na verdade, era uma ação que não implicava um efeito imediato.

Construir uma casa ou pensar num painel ou num artesanato não teria, nesse caso do projeto, um efeito imediato - "estamos fazendo para esse momento" - mas sim tendo em vista que a utilização, o usufruto, os efeitos disso, seriam além do momento da elaboração, da confecção em si. Pensamos então que a realização mesmo do projeto aconteceria no momento em que fosse ser usufruído, e essa era uma questão que poderia dar uma certa angústia, que é a dos seus efeitos. "Como é que nós vamos agora projetar os resultados, os efeitos?" ; "Como é que vai ser quando os visitantes, quando as crianças estiverem aqui visitando a aldeia, conhecendo e vendo?"; "Será que eles vão perceber todos esses caminhos que nós percorremos?" Imagino isso, pois os índios e nós também nos perguntamos o tempo todo, quando foi feito o vídeo, a construção da casa... Como fazer a casa, a exposição, como fazer as trilhas? Como vai ser depois? Nós não vamos ter mais o domínio disso, porque esse projeto em si se volta para uma outra dimensão, que são as outras pessoas, outras comunidades, outros olhares. E aí está a riqueza do trabalho, a realização verdadeira do projeto.

*Aeveté, tereo porã
(muito obrigado, sigam bem)*



Anexo

Textos de Painéis da
Casa da Cultura



Informativo

Projeto Jagatareí Nhemboé

Esta é a Terra Indígena Guarani do Aguapeú. O Rio Aguapeú é formado pelo Rio Bichoró, junta-se com o Rio Mineiro e segue até desaguar no Rio Branco de Itanhaém. Esses rios marcam os limites da nossa Terra e separam a vida na aldeia da vida na cidade. Os rios são a nossa proteção e segurança. Portanto, é preciso cuidar dos rios e de suas margens. Não devemos sujar as águas que são fonte de alimento e de vida para todos os seres do mundo. Nesses rios vivem os peixes: traíra, bagre, cará, cascudo, lambari, tajaba, mandí, mussum, etc. Também vivem deles as lontras, as capivaras, os jacarés, as tartarugas. Nas suas margens também encontramos vários remédios.

Nós, índios Guarani, precisamos proteger as matas, porque também a nossa existência depende delas. A Terra e as florestas foram criadas para vivermos em paz conforme nossos costumes, normas e tradições. Para nós, elas não podem ser vendidas, nem ser motivo de disputas.

Nas matas retiramos e reproduzimos nosso alimento natural para termos uma vida sadia. Para que isso aconteça, temos que respeitar os ciclos da natureza e escolher os lugares certos para vivermos. Existe um tempo para caçar, um tempo para pescar, um tempo para retirar material para fazer artesanato, um tempo para plantar. E só conhecendo e respeitando a vida e o seu ritmo podemos ter liberdade e paz. Nas matas onde se situa nossa aldeia vivem também: queixadas, catetos, cutias, quatis, tatus, antas, veados, onças, macacos, jacus, jacutingas, macucos, tucanos, papagaios, saracuras, colibris, etc. E diversas espécies de árvores, frutos e plantas: cedro, caixeta, brejaúva, guajuvira, taquara, jerivá, palmito juçara, guaricanga, indaiá, pacuri, e diversos tipos de cipós. Nós chamamos a mata virgem (mata primária) de "kagüy eté" e as capoeiras (mata secundária) de "kagüy karapeí".

Nas áreas de roça plantamos: milho, feijão, mandioca, batata doce, amendoim, melancia, abóbora, entre outros cultivos.

As formações florestais que existem ao longo do litoral brasileiro são conhecidas como **Mata Atlântica**. As montanhas que estão perto do mar formam a **Serra do Mar**. Ao longo do tempo, a Mata Atlântica foi muito destruída em virtude do modelo de desenvolvimento nacional. Hoje, existem menos de 10% da mata que havia quando chegaram os primeiros colonizadores.

Nos últimos anos, os brasileiros criaram novas leis ambientais para proteger as florestas e os rios.

O povo Guarani, apesar do contato com os "brancos", desde a época da conquista do continente sul americano, mantém suas tradições, língua e religião. As Terras Guarani estão situadas em um território que compreende partes da Argentina, do Paraguai e do Brasil (regiões sul, sudeste e centroeste). Porém a maioria delas não está reconhecida oficialmente.

A **Constituição Federal** (artigo 231) reconhece aos índios "sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens".

A Terra Indígena Guarani do Aguapeú está situada no município de Mongaguá - SP, tem 4.372 ha de área demarcada e foi homologada em 08 de setembro de 1998. Através dos rios e das matas, a T I do Aguapeú liga-se às Terras Indígenas Itaoca e Rio Branco de Itanhaém, que também já foram reconhecidas pelo Governo Federal.

Aeveté, tereo porã (muito obrigado, sigam bem)

COMUNIDADE GUARANI DO AGUAPEÚ

Constituição da República Federativa Do Brasil

05 de outubro de 1988

ARTIGO 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

6 1 São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

6 2 As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

6 3 O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas, só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

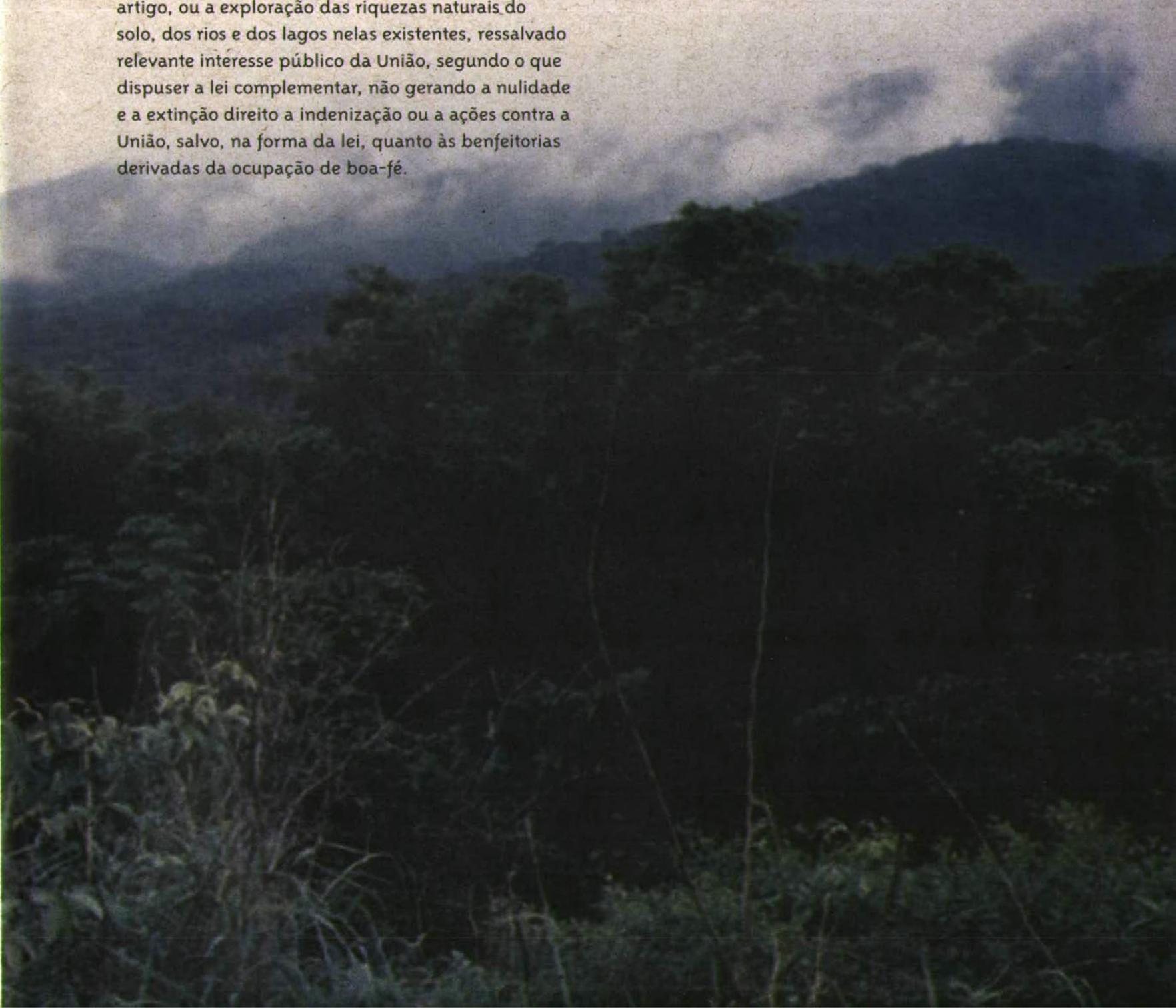
6 4 As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

6 5 É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

6 6 São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse de terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser a lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

6 7 Não se aplica às terras indígenas o disposto no artigo 174, 66 3 e 4.

ARTIGO 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.







CTI

SHC/Norte CL Q. 210 BL. C. N. 49
salas 217/218
Brasília - DF
CEP 70862-530

Tel: (61) 3349-7769 / (11) 3086-1673

PDA - Projetos Demonstrativos

W3 Sul, Qd. 514, Bl. B, Lj. 69,
2º andar, s/ 203
Brasília - DF
CEP: 70380-515

Telefone: 61 4009-9265
Fax: 61 4009-9271
www.mma.gov.br

Terra Indígena Aguapeú

Final da Rua Jose Cesário Pereira Filho,
Município de Mongaguá - SP

CEP: 11730-000

Tel: (13) 9706-8443
Cacique Davi



Apoio:

